

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

AMANDA CARDOSO MAIA

**O PROCESSO HISTÓRICO DE VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA  
PASSAGEM À MODERNIDADE**

Goiânia  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

**1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Amanda Cardoso Maia**

Título do trabalho: **O processo histórico de valorização da infância na passagem à modernidade**

**2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

**Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;

- Submissão de artigo em revista científica; - Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Simone Alexandre Martins Corbiniano, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do

Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI) FE 2132281 SEI 23070.029039/2021-13 / pg. 1



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA CARDOSO MAIA, Usuário Externo**, em 19/06/2021, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2132281** e o código CRC **2B644C8F**.

Referência: Processo nº 23070.029039/2021-13

SEI nº 2132281

Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI) FE 2132281

SEI 23070.029039/2021-13 / pg. 2

AMANDA CARDOSO MAIA

**O PROCESSO HISTÓRICO DE VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA  
PASSAGEM À MODERNIDADE**

Monografia apresentada no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Graduação em pedagogia.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone  
Alexandre Martins Corbiniano

Goiânia  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Maia, Amanda Cardoso

O processo histórico de valorização da infância na passagem à modernidade [manuscrito] / Amanda Cardoso Maia. - 2021.

46 f.

Orientador: Profa. Dra. Simone Alexandre Martins Corbiniano.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras.

1. História da Infância. 2. Criança. 3. Criança. 4. Rousseau. I. Corbiniano, Simone Alexandre Martins, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) onze dias do mês de junho do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**O processo histórico de valorização da infância na passagem à modernidade**”, de autoria da aluna **Amanda Cardoso Maia**, do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) orientadora Profa. Dra. Simone Alexandre Martins Corbiniano da FE/UFG, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Profa. Dra. Denise Silva Araujo FE/UFG**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final 9,0 tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Alexandre Martins Corbiniano, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Silva Araújo, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2119059** e o código CRC **CC331F30**.

Referência: Processo nº 23070.029039/2021-13

SEI nº 2119059

Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso FE 2119059  
pg. 1

SEI 23070.029039/2021-13 /

*Aos meus pais Julia Cardoso e Luiz Gonzaga,  
as amizades feitas nesta caminhada e as já existentes em  
minha vida, dedico este trabalho. Vocês foram pessoas  
essenciais na minha trajetória e realização deste sonho.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me conduzido nas minhas escolhas desde o início do curso.

Aos meus pais, por serem exemplos em minha vida e por terem sempre me incentivado nos meus estudos e escolhas, até a reta final.

Aos professores da UFG/FE pelos inúmeros saberes e experiências compartilhados. As experiências construídas em atividades teóricas e práticas e visitas ao campo por meio do estágio foram fatores decisivos para os resultados desta pesquisa.

Aos meus familiares pelos inúmeros conselhos feitos desde o início da graduação.

As minhas amigas de infância Amanda e Geovanna pelos conselhos, escutas, e momentos que permitiram decisões na minha caminhada.

A Amanda que foi minha companheira na graduação desde o início e presente em grande parte desta caminhada, pela amizade que construímos.

À minha orientadora Simone Alexandre Martins Corbiniano, pelo respeito, incentivo e estímulo durante todo o processo.

*Não te deixes destruir...  
Ajuntando novas pedras  
e construindo novos poemas.  
Recria tua vida, sempre, sempre.  
Remove pedras e planta roseiras e faz  
doces. Recomeça.  
Faz de tua vida mesquinha  
um poema.  
E viverás no coração dos jovens  
e na memória das gerações que não de  
vir.  
Esta fonte é para uso de todos os  
sedentos.  
Toma a tua parte.  
Vem a estas páginas  
e não entres seu uso  
aos que têm sede.*

*Cora Coralina*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a infância do ponto de vista histórico, promovendo assim, uma compreensão acerca das mudanças de paradigma no conceito de infância no decorrer da história. Além de investigar o conceito de infância em diferentes épocas sociais vistas em trabalhos de autores como o autor Jean Jacques Rousseau, no Livro *Emílio ou da Educação* (2004), Philippe Ariès, no livro *História social da criança e da família* (1981), Colin Heywood em *Uma história da infância* (2004), além de outros autores. A problemática deste tema engloba a compreensão de como as crianças são percebidas durante sua constituição histórica, quais concepções se desdobram no contexto da sociedade e da família. Este trabalho se baseia na perspectiva de estudo da história social da infância e da criança, cujo tema abrange as concepções históricas da criança e da família para a constituição do sentimento de infância. A pesquisa surge da necessidade de investigar o tema levando em conta seu contexto e suas relações sociais, históricas, culturais, políticas e econômicas. Esse será um estudo introdutório das contribuições teóricas sobre a infância pretende contribuir para formular uma compreensão acerca da concepção histórico-social de infância.

Palavras chaves: História da Infância, Criança, Rousseau.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze childhood from a historical point of view, thus promoting an understanding of the paradigm shifts in the concept of childhood throughout history. In addition to investigating the concept of childhood in different social epochs seen in works by authors such as Jean Jacques Rousseau, in the *Emílio ou da Educação* (2004), Philippe Ariès, in the book *Social History of the Child and the Family* (1981), Colin Heywood in *A History of Childhood* (2004), in addition to other authors. The problematic of this theme encompasses the understanding of how children are perceived during their historical constitution, which conceptions unfold in the context of society and family. This work is based on the perspective of studying the social history of childhood and child, whose theme encompasses the historical conceptions of the child and the family for the constitution of the feeling of childhood. The research arises from the need to investigate the theme taking into account its context and its social, historical, cultural, political and economic relationships. This will be an introductory study of the theoretical contributions on childhood intends to contribute to formulate an understanding of the historical-social conception of childhood.

Key words: History of Childhood, Child, Rousseau.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A criança nobre.....	26
Figura 2 – A dança infantil.....	27
Figura 3 - As crianças de Habert de Montmort.....	29
Figura 4 – Cena de família.....	39

## SUMÁRIO

1 Introdução:.....	14
2 Capítulo I.....	18
<b>2.1 Um panorama da história da infância.....</b>	<b>18</b>
3 Capítulo II.....	25
<b>3.1 A construção histórica do sentimento de infância.....</b>	<b>25</b>
4 Capítulo III.....	33
<b>4.1 O conceito de infância para Rousseau.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2 A modernidade e a infância .....</b>	<b>38</b>
5 Considerações finais.....	43
6 Referências.....	45

## INTRODUÇÃO

Em sua trajetória histórica a criança é condicionada a viver de acordo com as determinações sociais e econômicas do seu meio. O seu desenvolvimento enquanto sujeito tem sido, historicamente, condicionado à exploração, violência e falta de proteção. Seus direitos e deveres só foram reconhecidos a partir do momento em que a criança foi entendida como um ser constituído de direitos e percebida desta mesma forma pela sociedade.

O nascimento da particularidade infantil na sociedade e na família foi construído ao longo do tempo, sustentando a ideia de infância que se tem na modernidade. Nesse sentido, foi possível perceber que a criança era tida na Idade Média, como uma espécie de instrumento de manipulação ideológica dos adultos e, a partir do momento em que elas apresentavam independência física, eram logo inseridas no mundo adulto e no campo de trabalho. Por consequência disso, a criança não passava pelos estágios da infância existentes na sociedade atual, que são fundamentais, hoje, para seu desenvolvimento.

A forma como o mundo adulto imaginou a particularidade do universo infantil até mais ou menos o século XVI ilustra um tipo de sentimento de infância baseado na ignorância acerca do mundo da criança e sublinha o conceito de infância como resultado de uma estrutura social, política e econômica. A ausência da compreensão da especificidade do tempo de ser criança explica em boa parte o atendimento precário às crianças. (GUIMARÃES, 2017, p. 3).

Entender o que é a criança e o que é a infância é um movimento que está sempre em construção. As descobertas a partir de pesquisas continuam sendo feitas e sempre estão em transformações. Existe diferentes concepções de crianças e infâncias de acordo com cada tempo histórico, cada uma construída por entendimentos da infância e do que as crianças são para as pessoas naquele determinado tempo histórico. Durante o período histórico da Idade Média, a socialização não era controlada pela família, e a educação era garantida pela aprendizagem por meio de atividades diárias, que eram tornadas suas obrigações e também realizadas juntamente com os adultos.

O sentimento de infância, a preocupação com a educação moral e pedagógica, o comportamento no meio social, são fatos que surgiram já na modernidade,

mostrando assim que existe um processo histórico até a sociedade começar a valorizar a infância.

Philippe Ariès (1981) diz que a particularidade da infância não será reconhecida e nem praticada por todas as crianças, pois nem todas vivem a infância da forma que se considera ideal a partir da modernidade, devido às suas condições econômicas, sociais e culturais. Visivelmente criticando a ideia de que nem todas as crianças terão acesso à infância como lhes poderia ser garantido nos dias atuais, Niehues e Costa em seus estudos apontaram:

Foi somente no século XVIII com o surgimento do sentimento de infância, que a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios. (2012, p. 285).

A preocupação com a formação pedagógica, moral e social da criança são ideias modernas, que surgiram ao longo da história e tem como objetivo formar uma criança diferente da que era entendida na Idade Média. Acompanhar a evolução histórica da criança, a maneira como a infância é vista, atualmente, é consequência das constantes transformações pelas quais a sociedade passa, e que tem grande importância para a percepção destas transformações, para compreensão da dimensão que a infância ocupa no atual tempo histórico.

A infância é o momento e etapa da vida em que a criança faz descoberta sobre seu eu e começa a entender sua importância no meio em que está. Nesse momento passa a ter um valor em si mesma e a ser vista como uma etapa fundamental na constituição humana. Rousseau afirma: "A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens." (1999, p. 86), demonstrando em sua obra a importância da infância e do reconhecimento desta e de compreender a criança em suas especificidades e não como um adulto. Se reconhece que até determinada época, as crianças eram tratadas com os ideais dos adultos, que, por sua vez, não respeitavam o desenvolvimento físico e cognitivo delas.

Ariès em sua obra afirma que a infância foi uma invenção da modernidade, por isso a compreensão da infância que conhecemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas. A partir disso, se pode entender que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com cada característica da criança. Portanto, as crianças do século atual, não são iguais às do século passado, nem serão idênticas às que

virão nos próximos séculos. Se a concepção de criança e Infância é marcada pela época em que ela se insere, é dado que seu conceito estará sempre em construção e já que o conceito está em permanente mudança, pois a infância está ligada a uma série de fatores que não são unicamente ligados a faixa etária, mas sim a modos de vida, maneiras de pensar e que vai constituindo formas de viver. Sarmiento sustenta que:

As condições sociais e culturais são heterogêneas, mas incidem perante uma condição infantil comum: a de uma geração desprovida de condições autônomas de sobrevivência e de crescimento e que está sob o controle da geração adulta. A condição comum da infância tem a sua dimensão simbólica nas culturas da infância (2007, p. 03).

Os acontecimentos que possibilitaram a elaboração da infância moderna nas sociedades foram: o aumento dos compromissos com a escolarização, a diminuição das taxas de mortalidade e do trabalho infantil, bem como as inovações no tratamento dispensado às crianças. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a criança assume o status de consumidora, o que começa a modificar as visões de infância caracterizadas no século XIX.

A identidade de sujeito atribuída à criança foi se constituindo na segunda metade do século XX, em que se acentua o fortalecimento da compreensão da infância como um período especial de desenvolvimento e de cada criança como ser singular. Diversos movimentos internacionais relacionados à criança começam a buscar condições mínimas para tais. Documentos como a Declaração Universal dos Direitos da Criança podem ser exemplificados como referência.

Na sociedade medieval, (...) o sentimento da infância não existia. (...) O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÈS, 2006, p. 99).

A clareza dessa concepção de infância que predomina na Idade Média, se baseia em estudos e antropologia e em diferentes visões que foram se desenvolvendo e, de algum modo, contribuíram para a construção da condição atual da criança. Desse modo, o conceito de infância tem sido desenvolvido historicamente e reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos.

Este trabalho foi organizado em três capítulos. Após a introdução, o primeiro capítulo intitulado “Um panorama da história da infância” apresenta um resgate

histórico das concepções de infância e de criança, bem como o contexto social e econômico que influenciam na formação destes conceitos.

O segundo capítulo “A construção histórica do sentimento de infância”, traz a concepção de infância na visão de Ariès e suas observações do meio social que estava inserido e o entendimento da descoberta da infância e as contribuições do meio para que esse sentimento fosse desenvolvido. A infância e a falta de sentimento para com ela, a ausência de percepção de que a criança está inserida num contexto propício somente à vida adulta, é um fator constante na Idade Média. Dessa forma o entendimento que a infância se dá por um sentimento de fragilidade quanto a criança, não se limita somente a sua idade e sim sua forma frágil de ser e sua dependência.

O terceiro capítulo “O conceito de infância para Rousseau”, traz as principais ideias apresentadas pelo autor em sua obra. Entender a valorização da criança como criança e das formas de valorizá-la é uma das principais críticas que são atribuídas à educação tradicional da época. Na passagem à modernidade, a Pedagogia já estava mais centrada na criança, não mais reconhecendo-a como adulto, mas sim na sua essência, na sua felicidade e na sua liberdade como criança. A tradição educacional moderna terá um novo conceito de infância a partir de Rousseau, ele é um marco que contraria valores e dogmas enraizados na concepção pedagógica de seu tempo.

As considerações finais da pesquisa se dedicam à importância de se compreender as condições e necessidades de que a criança precisa para sua formação e desenvolvimento. A compreensão de como foi possível chegar ao conceito da infância moderna e como os autores pesquisados fizeram suas contribuições para embasar essa pesquisa.

## Capítulo I

### UM PANORAMA DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

*Resgatar os antecedentes históricos da infância é dar voz a diferentes documentos hoje pesquisados e que em determinados períodos testemunharam o papel da criança na sociedade.*

*Rita de Cássia Luiz da Rocha*

A criança sempre esteve presente na sociedade, entretanto o sentimento de infância demorou alguns séculos para se tornar presente. Quando as histórias da infância e da criança são analisadas, entende-se que esses dois termos se complementam e são constituídos historicamente. Dessa forma, a infância e sua formação é compreendida para Kuhlmann e Fernandes (2004) como: “a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade”.(p.15), sendo perceptível no pensamento dos autores que, a constituição da criança acontece da sua relação com a sociedade e tudo que a engloba.

A época colonial foi um período demonstrativo de como a criança viria a ser tratada no Brasil e em outros continentes, onde a colonização estava acontecendo. Crianças filhas de escravos ou negras recebiam tratamentos e atividades diferentes. Este fato marcou o início da história do atendimento à criança de forma desigual (FARIAS, 2005). Sendo assim, crianças negras e filhos de escravos iam para os trabalhos diários iguais aos seus pais, cada um com o seu devido ofício. Já as crianças brancas das altas classes, recebiam os cuidados necessários às crianças, estas eram cuidadas pelas amas, além de receberem instruções educativas com professores. Logo era perceptível o tratamento devido às condições econômicas e as divisões de classes, assim caracterizando uma forma de tratar cada criança devido a esses fatores.

O sentimento de infância durante os anos ganhou diferentes significados. A infância sempre esteve presente na sociedade e o entendimento desta enquanto uma importante fase da vida humana que contribui para a construção social e como

categoria aconteceu a partir do século XVII e XVIII. O período do surgimento da infância foi documentado na obra de Carvalho que assim escreve:

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Durante anos, existiu uma grande indiferença em relação à infância, o que acarretava em uma postura temerária em relação à criança. Os bebês principalmente não recebiam a atenção que compreendemos hoje ser importante, como os cuidados dos familiares que contribuíram ao seu crescimento dia após dia. Dessa forma a vida era perdida de inúmeras formas pelas crianças. Segundo Heywood:” as taxas de mortalidade infantil acabaram permanecendo altas no Ocidente até o final do século XIX e início do século XX”. Em grande parte, essas mortes aconteciam devido à insensibilidade com a dependência das crianças. (2004, p. 87).

A ideia de amor incondicional que as mães deveriam ter com seus filhos foi um sentimento construído durante anos. Tanto o amor materno como a infância não são inatas ao ser humano, mas sim foram construídas ao longo do processo civilizatório. Na antiguidade a prática de abandono era comum, em função dessa compreensão da infância desvalida, a criança era ignorada. O abandono de crianças acontecia por diversos motivos, porém os principais eram questões morais e econômicas. Esse descaso com a infância pode ser analisado nos estudos da autora Marcílio:

Abandonar bebês é um fenômeno de todos os tempos, pelo menos no ocidente. Variaram apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito. Há variadas evidências da extensão do fenômeno em praticamente todas as grandes civilizações da Antiguidade. (1998, p. 21).

O descaso vivenciado pelos bebês e o abandono das crianças em grande quantidade, constituiu a verdadeira face da infância, as mães e famílias não tratavam a felicidade de seus bebês e de suas crianças com prioridade e atenção. Como forma de entender esse comportamento perante a criança, os escritos de Heywood afirmam que:

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou

em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, supostamente sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal aspirante”,<sup>1</sup> que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (2004, p. 87).

Na Idade Média, ainda, a criança foi reconhecida e celebrada, a religião também estaria ligada a essa atenção recebida. O próprio papa Leão, o Grande, no século V compartilhava com seus fiéis de que “Cristo amou a infância, mestre da humildade, lição de inocência, modelo de doçura”. Como o próprio Deus havia amado as crianças e reconhecia que elas poderiam ser seres celestiais, essa ideia acarretou uma mudança dessa concepção de infância renegada na sociedade. Quando chegavam a faixa etária de 5 aos 7 anos, as crianças eram introduzidas junto aos mais velhos para que aprendessem alguma profissão. Portanto, os menos favorecidos eram condicionados ao trabalho, sem nenhum preparo e condições adequadas para si.

No momento em que tivessem condições de sobreviver sem o cuidado e as atenções de suas mães ou amas, em algum momento entre as idades de 5 e 7 anos, as crianças eram lançadas nas “grande comunidade dos homens”. Elas se juntavam aos adultos em seus jogos e passatempos e, fossem cortesãos ou trabalhadores, adquiriam um ofício ao se lançar em suas rotinas cotidianas, vivendo e trabalhando com quem já havia completado sua formação. (HEYWOOD, 2004, p. 23).

As escolas eram reservadas às formações dos clérigos, ou seja, não tinham como objetivo principal a função de ensino para a criança. A educação escolar não existia e nem qualquer outra questão social que envolvesse o entendimento da particularidade infantil. A sociedade medieval não percebia o período transitório entre a infância e a idade adulta, ou seja, conseqüentemente esse período não recebia a atenção que recebe na atualidade.

A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos. (HEYWOOD, 2004, p. 23).

O educador italiano Franco Frabboni (1998) organiza o entendimento histórico da criança por meio de três identidades. Segundo o educador a primeira infância era a infância negada, definida assim como um momento em que a criança não recebia

proteção nenhuma, pois era culturalmente entendida na sociedade que a criança deveria se virar e sobreviver no mundo. Dessa forma ele afirma, que esse período é marcado pelo não-sentimento de infância, não consciência das particularidades da criança e indiferença na distinção em relação à fase adulta. E tudo que a engloba é algo que se torna novas descobertas para os estudiosos. A criança é vista como um pequeno adulto, mas como não domina os instintos do corpo deve ser observada constantemente.

Por outro lado, na Idade Média não existiam termos que eram exclusivos para as crianças. Ariès (2006) levanta a hipótese de que a ausência de representações da vida da criança na Idade Média teve como motivo o desinteresse por uma fase da vida que se mostrava tão instável e, ao mesmo tempo, representativa. A geração de crianças entre a família vinha da visão que os pais tinham acerca do fato que seus filhos deveriam cuidar deles na velhice, e também dos seus bens. Entretanto, a taxa de mortalidade ainda era grande, o que fazia com que os laços afetivos fossem prejudicados.

O início do que se poderia chamar de descoberta da alma infantil ocorreu quando em 1490 os padres locais passaram a não aceitar que as crianças morressem sem serem batizadas, por isso as crianças que morriam sem essa unção do batismo eram ressuscitadas para que recebessem-na, para logo depois morrerem novamente. Essa preocupação gerada pela religião foi fundamental para transformar o olhar e os cuidados que a família tinha sobre a criança.

A partir do século XIV, havia capelas especiais para os natimortos, geralmente dedicados à Virgem Maria. Os pais colocavam os pequenos corpos no altar, na esperança de que a criança viesse a demonstrar algum tipo de sinal de vida. Ao menos pretexto, digamos, a emissão de um fluido ou algum tipo de espasmo, o padre corria e realizava o batismo. Os presentes tentavam reavivar o cadáver, aquecendo-o e tocando um repique de sinos. É desnecessário dizer que esse tipo de iniciativa fracassava invariavelmente, mas, pelo menos, os pais podiam sentir como se tivessem salvado a alma do filho. (HEYWOOD, 2004, p. 72).

A igreja defendia que ser batizado era um momento de retirar toda a impureza do corpo para se tornar realmente um cristão. Entre o nascimento e o batismo a criança mal era retirada pelos pais de casa, porque ela poderia ficar à mercê das forças do mal, que poderiam a levar à morte de modo que, todos os cuidados e olhares eram voltados naquele momento para a infância e uma possível preocupação com o futuro que dependeria dos cuidados e êxito daquele momento.

Um pequeno bando de advogados, padres e moralistas passou a reconhecer a inocência e a fragilidade da infância, e logrou impor uma infância longa entre as classes médias. Noutras palavras, houve uma mudança na esfera cultural, passível de ser atribuída à crescente influência do cristianismo e a um interesse novo pela educação. (HEYWOOD, 2004, p. 33).

Na segunda fase da infância, conhecida como infância industrializada de acordo com Franco Frabboni (1998), vai do século XVI ao XVIII, e abrange as mudanças que ocorreram de forma lenta e gradual da nova postura que os religiosos e educadores começam a ter frente a criança, considerando-a frágil e pura. Ainda nessa fase, inicia-se a difusão da ideia de que a criança deveria ir para a escola e ser preparada e corrigida nos comportamentos para se viver em sociedade. Nesse ambiente, elas são tratadas todas iguais, com destaques as correções e punições que recebiam devido aos seus comportamentos.

Estamos falando de uma criança cujas primeiras páginas do álbum de família estão manchadas com certas características de “identidade negativa”, a saber: a identidade da criança-adulto e a identidade da criança-filho-aluno. Somente nas páginas do álbum correspondentes ao século XX reconhece-se à infância a identidade de sujeitos social, sujeito de direitos. (FRABBONI, 1998, p. 64).

Os moralistas que existiam naquele período do século XVII, são os que dão forças para o discurso de defesa da pureza infantil. Assim receberam o nome de *moralistas* porque criticavam os costumes da época e são a corrente que culminará no iluminismo que apresentava uma abordagem diferente, pois tinham uma preocupação e interesse na questão psicológica infantil. Ariès (2006) afirma essa ideia de que: “o apego à infância e a sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral”. (p.104). Começa então uma campanha de abertura das escolas para as crianças, de forma a levar os pequenos para a escola, para que tivessem pouco contato com o mundo adulto e fossem preparados para ele.

O século XVIII possui fatores decisivos para o fortalecimento da ideia de infância, o primeiro é a revolução industrial que ocorreu em meados dos anos 1700 e contribuiu na constituição do modelo de família moderna. Com o advento da indústria separaram-se dois espaços, a casa onde fica a família e a indústria onde fica o trabalho. Essa separação levou a um sentimento maior em relação ao núcleo familiar, gerando aumento da valorização do afeto.

Nesta nova família formada, a partir da revolução industrial, a necessidade de ensinar os mais novos lerem e a preocupação moral levaram ao aumento de crianças nas escolas, por conta do advento e importância da leitura. A popularização da leitura com a criação da máquina tipográfica dividiu a sociedade em dois grupos: os que sabem ler e os que não sabem ler. Dessa forma, as escolas seguiam doutrinas específicas de conhecer para corrigir. A vigilância era bem presente juntamente com as punições e castigos, o que com o tempo foi visto pelas famílias como extremos. Gerou-se a partir desse período histórico uma variada quantidade de métodos de ensino que até hoje refletem em nossa educação.

Portanto, a diminuição da mortalidade infantil foi decisiva para o fortalecimento do sentimento da infância. Com a menor mortalidade e menor natalidade, resultado do êxodo rural, com melhora da higiene e menor taxa de infanticídio, houve uma mudança que resultou em menos filhos por casal. Dessa forma a população vai aderindo à nova ideia de infância e os adultos vão adaptando seu mundo ao das crianças.

A partir do século XVI inicia-se o longo processo de compreensão de que a criança tem características próprias (que só irá se consolidar nos séculos XIX e XX). A partir desse momento, surgiram várias teorias para explicar o desenvolvimento infantil e os processos de aprendizagem. Estudos científicos começam a introduzir a ideia que o bom desenvolvimento infantil – respeitando as necessidades e especificidades dessa fase – leva a um desenvolvimento humano que se refletirá posteriormente no adulto relativamente saudável.

Já na terceira fase da infância recai a ideia de proteção, mesmo que em determinados casos elas não sejam realmente seguidas. Frabboni denomina esta terceira identidade “A criança sujeito social, sujeito de direitos” (1997, p. 68). Essa fase é marcada pela criação e uso das novas ciências, a psicologia, a pedagogia e a psicanálise. Tais saberes demonstram em suas pesquisas que a nova qualidade de infância é essencial para o desenvolvimento humano. Portanto já está presente a criação de movimento de defesa e preocupação da infância, porém ainda existem muitas crianças que são tratadas, ao modo tradicional, como se nada tivesse mudado. Segundo Zabalza ao citar Frabboni:

A etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da

criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social. (1998, p. 68).

A última fase é chamada infância de direito e é marcada pela dualidade financeira, esse conceito de infância se aplica bem às crianças ricas e que tem boas condições financeiras. Porém as crianças pobres, mesmo indo às escolas, sofrem de muitos problemas pois, a maior parte dessas instituições não é devidamente preparadas, além disso muitas crianças não iam para a escola porque necessitavam trabalhar e ajudar na renda familiar. A infância é uma categoria historicamente permeada pela violência e a exclusão social.

Por fim pode-se entender que na modernidade a criança começa a ser entendida como um sujeito de socialização, de conhecimento e de criatividade, e desse modo investe-se ações em prol do seu desenvolvimento, sejam vindos da família, da escola, ou da religião, a sociedade passa a ter o viés de valorizá-la. Dessa forma, o entendimento de tais concepções possibilita uma análise sobre a realidade contemporânea e de todo avanço no entendimento sobre a criança e a infância.

É na Modernidade que acontece uma intensificação de novas idéias sobre a criança e a infância por meio de estudos que desenvolvem novos saberes e entendimentos a respeito de práticas sobre como educar e conhecer as crianças. Estes conhecimentos produzem outros modos de entender e atender a infância no âmbito familiar e institucional que foram marcando as práticas da assistência à infância de diferentes momentos históricos e em diferentes contextos. (GUIMARÃES, 2017, p. 30).

O mundo adulto tinha uma percepção da particularidade infantil, baseado em um comportamento cheio de insensibilidade, em que o meio social, político e econômico apresentava para com esta. A ausência de compreensão do ser infantil e da sua temporalidade própria, explica o cuidado precário com às crianças, o descaso com o alto índice de mortalidade infantil, e as péssimas condições de saúde e higiene da população em geral em vários momentos da história da humanidade. Observa-se a infância como uma etapa que requer atenção particular com a criança, que deve ser mantida, a seu tempo, longe do trabalho e educada nas escolas, de modo a atingir todas as crianças, principalmente as das classes menos abastadas.

## Capítulo II

### A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA

Ariès (1981) foi o primeiro pesquisador que discutiu a importância da noção de infância, entendida como categoria social a partir de dois sentimentos constituídos no século XVII: a *paparação* e a *moralização*. O sentimento de *paparação* teria surgido na família, em que a criança "por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto" (Ariès, 1981, p. 158). Já o sentimento de moralização passou a existir entre educadores e moralistas que entendiam o controle e a ordem como essenciais no trato com as crianças. De acordo com Heywood, Ariès tinha como preocupação importante "documentar o surgimento, durante o período moderno, de um sentimento de l'*enfance*: uma expressão ambígua, que transmite tanto a ideia de uma consciência da infância quanto de um sentimento de infância quanto de um sentimento em relação a ela".(2004, p. 33).

As pesquisas de Ariès foram feitas a partir de uma pergunta: existe um sentimento de infância? Esta dúvida é crucial para se entender a infância da perspectiva do autor e como ela chegou ao conceito atual, ao qual se é conhecido. Para este ainda, a ideia de infância representa uma transformação social e histórica e seu surgimento ocorreu por volta do século XVII.

Para este autor, a tradicional sociedade do início do século XVII tinha uma má visão da criança. Assim a duração desse período de infância era reduzido e correspondia somente até o momento em que elas ainda não conseguiam ser independentes dos pais, após esse momento já eram consideradas adultas. Diante desse fato as pequenas crianças eram transformadas em adultos, e responsáveis, aprendiam as coisas que deviam saber para contribuir ajudando os adultos. De acordo com Áries," a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. (1981, p. 9).

A contribuição para as descobertas e a formação acerca da infância não eram asseguradas pela família. A criança era afastada de seus pais assim que estivesse "pronta" para entrar no mundo adulto. Dessa forma, toda a sua educação e

aprendizagens, eram garantidas nesse meio que ela estava inserida e os novos conhecimentos adquiridos vinham da convivência com a realidade adulta.

A criança, de acordo com Áries, tinha seu momento de paparicação, que acontecia nos seus primeiros anos de vida, no qual ela chamava atenção por ser um ser considerado cheio de graça. Após esse momento, os quais já estavam maiores, eram destinados a outras atividades que eram necessárias em casa ou até mesmo fora dela.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XVII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÉS, 1981, p. 28).

De acordo com o historiador, até aproximadamente o século XV, a arte desconhecia a infância o que demonstra uma falta de entendimento na sociedade medieval sobre os membros mais novos. Quando representadas as crianças eram demonstradas como mini adultos. Na imagem abaixo é possível perceber através das vestes como a criança e infância era vista na sociedade nobre, além dos fortes traços da visão adulta, através dos trajes os quais essas crianças estão vestidas.

Fotografia 1 – A criança nobre



**Legenda:** A criança nobre

**Fonte:** [https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2011/02/infancia-nudez\\_clip\\_image002.jpg](https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2011/02/infancia-nudez_clip_image002.jpg)

A partir das artes plásticas se pode ter uma noção sobre o sentimento que havia ou até mesmo a falta dele em relação à infância antigamente. A arte medieval, até o século XII, desconhecia a infância. Ariès usa esse fato como argumento para defender a tese de que não havia lugar para infância naquele mundo. Até o final do século XIII, não parecia haver crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens em tamanho reduzido. Áries diz “Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida. (1981, p. 18).

A criança ao ser representada em pinturas faz alusão ao fato de que, ela estava presente e começou a ser vista com outro olhar no mundo adulto, mesmo porque suas ações começaram a ser consideradas engraçadinhas. Porém toda essa representação que teve dela nos séculos XV e XVI, não estava ligada à sua grande visibilidade na sociedade e sim pelo fato de que, a partir desse contexto, a criança começava a ser notada no mundo adulto.

Fotografia 2 – A dança infantil



**Legenda:** Der Kinderreigen

**Fonte:** <http://estudodainfancia.blogspot.com/2012/08/o-traje-das-criancas.html>

A visão que a criança ganha quando é percebida por sua sensibilidade e graça é retratada no quadro acima durante uma brincadeira. A imagem da pintura retrata a criança de origem simples, que usa vestes mais humildes e não com roupas iguais às dos adultos. Em seus raros momentos livres de brincadeiras e divertimentos. Tempo em que não estavam em seus serviços diários.

A infância era uma fase tão sem importância que quase ninguém pensava em retratar por meio de quadros as imagens desses seres. Ariès levanta a hipótese que esse desinteresse advinha da grande taxa de mortalidade nesse período, o que poderia fazer com que as crianças não fossem consideradas dignas de receberem lembranças devido, muitas vezes, ao seu curto tempo de vida. As famílias não viam a necessidade de ter o retrato como memória, se a morte havia ocorrido com a criança pequena e que dessa forma mal havia constituído lembranças e vivências com a família.

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. (ARIÈS, 1981, p. 21).

O século XVII foi importante para a evolução dos primeiros temas da infância, e especialmente, foi a partir deste período que os retratos de crianças sozinhas e junto com a família se tornaram numerosos. A criança passou a ser modelo favorita nas representações. Nessa mudança, a criança se tornou o centro dessas pinturas e posteriormente um membro notável dessa composição.

Durante o período dos séculos XVII ao XVIII ainda não havia melhoras nas condições demográficas e a mortalidade infantil ainda era alta, entretanto foi nesse momento que teve uma maior sensibilidade com a alma infantil que passou a ser vista como imortal. Nesse momento a criança ganha atenção devido a religião e suas ideologias. Assim as famílias passaram a cuidar melhor dos filhos, com relação a questões médicas, ligadas a vacinas para se prevenir, mudanças nas práticas de higiene e melhores precauções, o que ocasionou posteriormente um controle da natalidade.

O leitor destas páginas sem dúvida terá notado a importância do século XVII na evolução dos temas da primeira infância. Foi no século XVII que os retratos

de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição. (ARIÉS, 1981, p. 28).

Ariès 1981 afirma que a descoberta da infância começou sem dúvidas no século XIII e que pela arte pode se acompanhar sua evolução entre os séculos XV e XVI. Já as mudanças são notadas de forma significativa no final do século XVI e durante o século XVII. Essas transformações são observadas pela mudança nos hábitos com as crianças pequenas e com os nomes que passaram a ser utilizados para tais, como: *bambins*, *pitchouns* e *fanfans*. Além do interesse em registrar a linguagem infantil, para captar as expressões e o vocabulário utilizado.

A existência dessa indiferença com a infância por meio dos retratos, ocorreu até o século XIII e foi percebida também, em relação aos trajes das crianças, logo após deixar a fase em que eram envoltas em panos e tecidos, elas eram vestidas iguais a quaisquer outros homens ou mulheres. Dessa forma o traje medieval não separava a criança do adulto, sendo visível assim como seria tratada a infância.

Fotografia 3- As crianças de Habert de Montmort



**Legenda:** Obra de Philippe de Champaigne: The Habert de Montmort Children  
**Fonte:** <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Philippe-de-Champaigne/75119/As-crian%C3%A7as-de-Habert-de-Montmort,-1649.html>

O século XVII trouxe um pouco da mudança ocorrida com as crianças que eram de “boas” famílias, que poderiam ser nobres ou burguesas. Por exemplo, com estas não acontecia de a vestimenta infantil ser igual à dos adultos, nesse momento da história passa a ter vestes para as diferentes idades da vida, o que deixava visível a diferença de uma criança para o adulto. Entretanto a diferença existente entre as vestes dos meninos e das meninas não era presente, sendo difícil ter a percepção dessa diferenciação em imagens ou retratos, como é dito por Ariès abaixo:

Essa diferenciação de traje não era observada nas meninas. Estas, como os meninos de outrora, do momento em que deixavam os cueiros, eram logo vestidas como mulherzinhas. Contudo, se olharmos de perto as representações de crianças do século XVII, notaremos que o traje feminino, tanto dos meninos pequenos como das meninas pequenas, comportava um ornamento singular, que não era encontrado no traje das mulheres: duas fitas largas presas ao vestido atrás dos dois ombros, pendentes nas costas.(ARIÈS, 1981, p. 35).

O próprio design das roupas das crianças passou a ter um significado, as fitas nas costas se tornaram o signo da infância, naquele período. Este adereço das vestes ficou reservado à infância. Dessa maneira essas tiras das costas ficaram conhecidas como guias, porque dentre essa falta de independência das crianças que mal andavam direito, elas sustentavam as roupas no corpo. Diante de toda essa mudança com a vestes se pode entender o objetivo dessa mudança com a forma de se vestir: “esses hábitos, que distinguiam o traje das crianças do traje dos adultos, revelam uma nova preocupação, desconhecida da idade média, de isolar as crianças, de separá-las através de uma espécie de uniforme.” (ARIÈS, 1981, p. 36).

A diferenciação que ocorreu por meio do traje foi fundamental para que a separação entre a criança e o adulto, fosse visível para todos. A utilização dessas vestes foi importante para a formação do sentimento de infância, este sentimento que cria na sociedade a necessidade de separar os adultos das crianças. Por fim, ocorreu a especificação do traje infantil, que nos dias atuais é familiar e dessa forma ocorreu a distinção dos trajes para crianças, adolescentes e adultos.

Essa especialização do traje das crianças, e sobretudo dos meninos pequenos, numa sociedade em que as formas exteriores tinham uma importância muito grande, é uma prova da mudança ocorrida na atitude com relação às crianças [...]. (ARIÈS, 1981, p. 100).

A sociedade medieval, como período de análise neste capítulo, constitui-se como um momento histórico em que o sentimento de infância não existia. Se o reconhecimento dessa particularidade infantil não existia, o mesmo se dava em relação à particularidade que distingue outras idades como a do jovem ou até mesmo adolescente. A consciência da infância era tão inexpressiva que assim que a criança conseguia viver sem o auxílio de sua família, ela era inserida na sociedade para se portar como adulto. Dessa forma, assim que ela ultrapassava o período de maior risco de mortalidade, em que sua sobrevivência era bem improvável, ela já era considerada como adulta e ser confundida com este na vida em comum.

Durante os séculos XVII ainda persistia uma mentalidade muito arcaica em relação ao sentimento de infância, seu período de vida ainda era bem ameaçado por conta de sua fragilidade e falta de cuidados dispensados. Desde o século XIV a arte por meio de retratos, a iconografia, a religião por meio do batismo e culto aos mortos e os trajes contribuíram para aflorar o sentimento de infância. Logo assim surgiu um novo sentimento definido por Ariès como a *paparicação*:

Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de “*paparicação*”. (ARIÈS, 1981, p. 100).

Esse sentimento inicialmente surgiu das mães e das amas de leite que cuidavam e tinham os primeiros contatos com as crianças. Elas se envolviam emocionalmente na criação e começavam a observar seu comportamento, se preocupar com sua saúde, limpeza, cuidados básicos do dia a dia, com a educação dentre outros diversos fatores que permeavam a formação de um indivíduo. A partir desse momento as pessoas começaram a demonstrar os sentimentos, provocados pelas maneiras das crianças agirem, levando assim, a um modo de convivência com a criança que se caracteriza como “*paparicação*”.

Esse sentimento da infância pode ser ainda melhor percebido através das reações críticas que provocou no fim do século XVI e sobretudo no século XVII. Algumas pessoas rabugentas consideraram insuportável a atenção que se dispensava então às crianças: sentimento novo também, como que o negativo do sentimento da infância a que chamamos “*paparicação*”. (ARIÈS, 1981, p. 101).

A partir das ideias e pensamentos entre os moralistas e os educadores surge outro sentimento de infância no século XVII, que foi usado como inspiração até o século XX, diante disso ocorre um novo interesse vindo do estudo da criança para entender suas ações levando em conta a psicologia e a questão moral. Dessa forma a mentalidade infantil se torna alvo de objeto de estudo e interesse. Esse segundo sentimento de infância veio da observação da negligência vivenciada pelas crianças por muitos anos. Depois dessa nova visão tudo que se referia às crianças e às famílias tornaram dignos de atenção e se tornaram assuntos discutidos em sociedade.

O sentimento de infância na Idade Média foi construído por um processo longo de novas descobertas e mudanças na sociedade. Esse período histórico foi importante para perceber a transformação do entendimento da infância e sua diferença para o conceito atual, de um período que demanda atenção e um olhar cuidadoso. Portanto observar como os trajes, pinturas e relações familiares se davam foi fundamental para compreender como a infância era tratada e como foi o início do sentimento de infância e sua passagem para o designo que se tem na sociedade atual.

### Capítulo III

## O CONCEITO DE INFÂNCIA PARA ROUSSEAU

*Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação.*

*Jean Jaques Rousseau*

Rousseau foi um autor que contribuiu grandemente para a reconstrução do sentimento de infância, durante o século XVIII. Em *Emílio*, ele trouxe aos leitores daquele período em que a obra foi lançada, provocações relacionadas à formação do indivíduo, e o culto à inocência primária das crianças. Dessa forma ele relaciona o modo que a criança vive no meio social ao como ela é tratada, pois em sua visão no percurso de formação e socialização na primeira infância, a inocência própria da criança corre um risco de ser perdida e sufocada pelas instituições sociais que estão presentes na sociedade. Heywood analisa o quanto Rousseau foi importantíssimo para se entender o valor do respeito à infância. Está infância que: “tem formas próprias de ver, pensar, sentir”, e particularmente, sua própria forma de raciocínio, “sensível”, “pueril”, diferentemente da razão “intelectual” ou “humana” do adulto.” (2004, p. 38).

No livro *Emílio*, Rousseau irá propor uma concepção de infância e uma nova atitude pedagógica por meio da sua concepção de formação do homem solitário. Na época em que o livro foi lançado, o autor buscou despertar o interesse da sociedade por uma nova forma de sensibilidade em relação à infância e à educação, plantando esse ideal na sociedade, que seria realizado mais para frente de forma efetiva.

Jean-Jacques Rousseau foi um pensador de grande importância durante o século XVIII, foi também um estudioso que promoveu tantos outros estudos ao tratar de um tema tão inexplorado em sua época como a questão da inocência original que as crianças tinham. Mesmo não trazendo ideias necessariamente novas sobre infância, ele fez com que seus leitores percebessem novas dimensões da problemática da concepção de infância e como tratá-la do ponto de vista cultural, educacional e político. Dessa forma, segundo Heywood,

Rousseau organizou o livro em torno de uma série de etapas durante a infância, entre elas, uma Idade de Instinto, durante os 3 primeiros anos de vida; uma Idade das Sensações, entre os 4 e os 12 anos; e uma Idade das Ideias, em torno da puberdade. (2004, p. 38).

Foi justamente a partir dos estudos e pesquisas de Rousseau que a criança deixou de ser vista como miniadulto, como um sujeito irracional, deficiente ou fraco. O autor também propôs um modelo de educação que fosse próprio para a infância na qual a criança fosse respeitada de acordo com sua natureza e faixa etária. Dessa forma ele expõe a visão da criança como um sujeito que se desenvolve de forma autônoma e criativa.

Na segunda fase da vida, momento em que para Rousseau, a infância acaba, devido a pequenos avanços em seu desenvolvimento, "as crianças começam a falar, passam a chorar menos. Esse progresso é natural, uma linguagem é substituída pela outra". (2004, p. 69). Toda essa análise das mudanças da criança é feita a partir do estudo de *Emílio*<sup>1</sup> e seu próprio desenvolvimento.

Em um primeiro momento as vivências de Emílio são colocadas em análise, é pontuado o quanto as descobertas da dor e do sofrimento gerados pelo próprio cotidiano, não devem ser evitadas, porque é a partir delas e do sofrimento gerado, que a criança irá conhecer a dor e assim irá amadurecer e crescer. É a partir do próprio processo de aprendizado diário que ele irá aprender a se levantar diante de suas dificuldades e assim aprenderá com liberdade as consequências de suas ações. Dessa forma ele pontua na citação abaixo:

Longe de estar atento a evitar que o Emílio se machuque, eu ficaria muito aborrecido se ele nunca se ferisse e crescesse sem conhecer a dor. Sofrer é a primeira coisa que ele deverá aprender, e a que ele terá maior necessidade de saber. Parece que as crianças só são pequenas e fracas para tomarem essas importantes lições sem perigo. (ROUSSEAU, 2004, p. 70).

Outro avanço citado pelo autor sobre a criança estudada foi a noção do desenvolvimento da força corporal. Utilizando-se da sua própria força física a criança não necessitaria solicitar apoio a outras pessoas para resolver seus problemas. Assim, no desenvolvimento natural da criança o sentimento de força física vai sendo aguçado, e junto a ele o conhecimento será desenvolvido, o que contribui para que ela consiga tomar algumas decisões em sua vida, ganhando consciência do que pode ser bom ou não, iniciando suas escolhas no dia a dia.

---

<sup>1</sup> *Emílio*: Em *Emílio ou da Educação*, Rousseau delinea a trajetória educativa do personagem fictício que dá nome à obra, apresentando, passo a passo, desde a escolha do campo, lugar em que a criança é educada, até a sua idade adulta, sinalizada por suas viagens, sua educação estética e política e seu casamento.

Em uma análise da criança na sociedade do seu período, o autor traz em seus escritos a grande ocorrência da mortalidade infantil e sua preocupação com o fato “das crianças que nascem no máximo a metade chega à adolescência, e é provável que vosso aluno não alcance a maturidade.”(ROUSSEAU, 2004, p. 72).

A crítica sobre o tratamento com as crianças é feita com muita indignação acerca do referido contexto. A sociedade na visão de Rousseau trata este período da infância com muito menosprezo e a criança é lançada a castigos, escravidão, fome e diversas situações de injustiças sem a maior preocupação com as consequências que serão geradas. Os escritos de Rousseau evidenciam isto:

A idade da alegria passa-se em meios a prantos, a castigos, a ameaças, á escravidão. Atormenta-se a infeliz para seu próprio bem, e não se vê a morte que a chama e vai apanhá-la no meio dessa triste condição. Quem sabe quantas crianças morrem vítimas da extravagante sabedoria de um pai ou de um professor? Felizes por escaparem à sua crueldade, a única vantagem que tiram dos males que lhes fizeram sofrer é morrer sem ter saudades da vida, de que só conheceram os tormentos. (2004, p. 72).

Nesse contexto, o autor faz o apelo de que as pessoas sejam mais humanas com todas as idades, ainda mais, na fase da infância. Está em questão o desenvolvimento da criança e suas reações naturais ao meio, suas brincadeiras e seus gostos. Sobre os pequenos, Rousseau afirma que:” assim que eles puderem sentir o prazer de existir, fazei com que o gozem; fazei com que, a qualquer hora que Deus os chamar, não morram sem ter saboreado a vida“. (2004, p. 73). Em suma, é preciso reconhecer que a criança deve ser tratada como tal e o adulto também, e que distinguir estes dois, são atitudes fundamentais para que o bem-estar infantil aconteça.

Nesse pressuposto, o entendimento da liberdade é visto como um conceito fundamental para que a educação aconteça, caso seja aplicado à infância. Uma criança considerada feliz é aquela que pode fazer o que sente vontade no limite daquilo que não seja prejudicial a ela, segundo Rousseau (2004). Toda ação e decisão que permeia uma criança contribui para que ela se fortaleça e se constitua como um ser integral.

Ela não deve ser nem um animal, nem um homem, e sim criança. É preciso que ela sinta a sua fraqueza e não que a sofra; é preciso que ela dependa, e não que obedeça; é preciso que ela peça, e não que mande. A criança só está submetida aos outros em razão de suas necessidades, e porque veem melhor do que ela o que lhe é útil, o que pode contribuir ou prejudicar a sua conservação. (ROUSSEAU, 2004, p. 81-82).

Rousseau se dedica a demonstrar a importância das ações das crianças. Cada ato involuntário ou até mesmo voluntário contribui para que elas se fortaleçam. A liberdade dentro desse entendimento sobre escolhas é para o autor como um fato que agrega novos conhecimentos com as descobertas e para poder dessa forma, prepará-los para novas descobertas na natureza, dessa forma ele afirma: “para sentir os grandes bens, ele deve conhecer os pequenos males”.(2004, p. 85-86), nos quais encontrará na sua realidade de descobertas e novos contatos com a sociedade.

A primeira infância é um período que possui muitas fraquezas, a criança está sujeita a tantos fatos que não são proporcionais à sua realidade e ficam à mercê de tudo que está em seu meio. Propiciar a liberdade de ação significa também retirar as crianças, por alguns momentos, do círculo das atividades frívolas que elas muitas vezes vivenciam como os pais submissos, professores severos e métodos que não cabem a formação delas.

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e crianças velhas. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas, e para mim seria a mesma coisa exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura e que tivesse juízo aos dez anos.( ROUSSEAU, 2004, p. 91-92).

A educação do Emílio é vista como um suporte para se pensar a formação das demais crianças. Conselhos, dicas e novos métodos para se portar com a criança são propostos no sentido de repensar a formação do homem racional, que, para Rousseau, se expressa assim: “ Lembrai-vos de que, antes de ousar empreender a formação de um homem, é preciso ter-se feito homem; é preciso ter em si o exemplo que se deve propor”.(2004, p. 99). Em suma é possível entender que para esperar algo da criança não se deve somente ensiná-la algo e cobrar um resultado, é preciso demonstrar em suas próprias atitudes e virtudes como realmente se deve ser, sendo um exemplo para esta.

Ser virtuoso é ser bom o suficiente para, por meio do exemplo, ficar guardado nas lembranças do ser em desenvolvimento. Assim, em vez de exigir somente que a criança seja algo, e se comporte posicionando-se da forma esperada, é preciso sobretudo demonstrar a virtude por meio das próprias atitudes de quem educa. Nas palavras do escritor percebe-se a tese de que: “numa idade, porém, em que o coração

ainda nada sente, devemos fazer com que a crianças imitem os atos cujo hábito lhes queremos dar [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 114).

Dessa forma, a rapidez em se obter um resultado, em que a criança é observada e é cobrada por coisas que não são pertinentes ao seu desenvolvimento naquele período, acaba a tornando mimada. Logo, para se obter um resultado imediato acaba-se prometendo objetos que tenham valor para a criança a todo momento. Dessa maneira, as promessas se tornam causadoras de frustrações e aborrecimentos.

Mas, quando um preceptor aturdido, não sabendo o que fazer, faz a todo instante com que ela prometa isto ou aquilo, sem distinção, sem escolha, sem medida, a criança, aborrecida, sobrecarregada de todas essas promessas, desdenha-as, esquece-as, deixa-as de lado, enfim, e, considerando-as fórmulas vazias, transforma num jogo prometer e não cumprir. (ROUSSEAU, 2004, p. 112).

Promover bons costumes e virtudes na educação é entregar a criança as únicas coisas que realmente importam a infância, independente da faixa etária, que é nunca promover atitudes que façam mal a algum indivíduo. Os ensinamentos propostos às crianças em Rousseau (2004) não esperam que a criança seja um indivíduo cheio de virtudes, entretanto ao serem semeadas somente ações com este cunho de verdade e virtude, a criança passa a ter um comportamento ligado a essas premissas.

Segundo Lazarini (1998), Rousseau construiu todo um ideário acerca de como educar uma criança, mostrando a necessidade de desenvolver nela todas as condições intelectuais, tornando-a apta a receber todas as informações e conteúdo que lhe fossem destinados, da melhor forma possível. A criança no momento de infância está em um período especial de desenvolvimento. Sendo assim, de acordo com o pensamento de Rousseau é importante atender as condições e necessidade que a criança precisa para sua formação e desenvolvimento.

## A MODERNIDADE E A INFÂNCIA

As sociedades que se adaptaram à mudança da forma de compreender a criança na modernidade, reconhecendo suas especificidades e necessidades próprias, ocorreu de forma diferente em cada sociedade. Stearns em seus escritos fundamenta a percepção dessa transição:

A ideia de que as crianças deveriam começar a ajudar a economia familiar bem cedo, e depois serem capazes de se manter e mesmo adicionar recursos à economia da família entre os 15 e 20 anos, era fundamental nas sociedades agrícolas. No modelo moderno, isso deu lugar à noção de que crianças pequenas não deveriam trabalhar de forma alguma, e em vez disso, ir para a escola. (2006, p. 90-91).

Um novo olhar acerca das questões essenciais da criança se abre. A infância moderna passa a englobar três novas questões essenciais que se inter-relacionam. Questões estas, que trazem transformações importantes nesta constituição do novo sentimento de infância, se comparado às formas tradicionais de tratar a criança.

De acordo com Stearns, a primeira mudança “[...] essencial, envolve a passagem da infância, até então voltada ao trabalho, para a escolaridade”. (2006, p. 90). Essa mudança mostra a significativa mudança que ocorreu em relação ao comportamento dos pais. A retirada das crianças do meio de trabalho e a inserção nas escolas, demonstrava que elas deixariam de ser ativas economicamente e passaram a ser mais dependente dos pais para os gastos e manutenção da vida. Estando ou não inseridas no mesmo espaço, o conceito de infância varia de acordo com as classes sociais, o grupo de pertença étnica ou nacional, a religião predominante, o nível de instrução da população [...]”. (Sarmiento, 2007, p. 29). No moderno sentimento de infância, como se poderá ver na imagem a seguir, a criança passa a ser cuidada, recebendo a dedicação e afeto no meio familiar.

Imagem 4 – Cena de família



**Legenda:** Cena de Família, de José Ferraz de Almeida Junior, 1891.

**Fonte:** [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Almeida\\_J%C3%BAnior\\_\\_Cena\\_de\\_Fam%C3%ADlia\\_de\\_Adolfo\\_AugustoPinto,1891.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Almeida_J%C3%BAnior__Cena_de_Fam%C3%ADlia_de_Adolfo_AugustoPinto,1891.JPG)

A segunda mudança foi a de “limitar o tamanho da família a patamares mais baixos do que nunca”. (STEARNS, 2006, p. 91), o que significava que as famílias deveriam ser menores, mantendo as taxas de natalidades pequenas. Esse processo foi central na constituição do modelo moderno de infância. Esse modelo foi objeto de discussões e polêmicas entre variados grupos sociais e englobava a questão moral e religiosa. A religião pregava sempre famílias numerosas e a sociedade ou o governo propunham mudanças ligadas às escolhas dos indivíduos.

Já o terceiro modelo moderno de transição “envolveu uma dramática redução da taxa de mortalidade infantil: tradicionalmente em torno de 30% a 50% das crianças morriam até os 2 anos.” (STEARNS, 2006, p. 91). A taxa de natalidade demonstrada como segundo fator de mudança, ocasionou a terceira mudança que, reflete o olhar para com as crianças que nasciam se tornaram centro de preocupação já que as taxas de natalidade estavam reduzidas. Dessa forma, a sociedade passou a se preocupar com a mortalidade infantil, observando mais questões ligadas a saúde, saneamento e a necessidade de baixar a taxa de natalidade, para compensar a queda da mortalidade que estava alta. Diante disso, Stearns escreveu que:

As três mudanças básicas trouxeram novos ajustes em sua esteira quando ou onde ocorreram. Como era de se prever, as qualidades que se desejavam de uma criança se expandiram para incluir atenção específica à inteligência: programas escolares e de testes deixaram claro aos pais que a inteligência mensurável era um dom de Deus. (2006, p. 91-92).

O modelo moderno acabou por gerar uma segregação entre as crianças. A maioria das instituições escolares as dividiu em classes e faixas etárias. Essa forma de divisão acabou por trazer um novo olhar sobre a observação da infância vinda dos adultos. A questão cognitiva e o desenvolvimento por faixa etária passaram a ser objetos de pesquisas de estudiosos, “esses especialistas construíram e impuseram (segundo alguns críticos de forma exagerada) padrões de idade específicos dentro e fora das escolas”. (STEARNS, 2006, p. 92).

Estar em contato com as crianças por parte dos adultos, foi uma ação que aumentou devido as taxas de natalidades baixas e a entrada das meninas nas escolas, o que gerou a falta de filhos disponíveis para olhar as crianças bem pequenas. Assim, passou a se ter um cuidado mais direto vindo dos pais, geralmente as mães que ficavam em casa, para cuidar dos seus filhos. Consequentemente as taxas de natalidades diminuíram e mortalidade também, transformando a criança em um ser que era alvo de investimentos econômicos pelos pais, que buscavam sempre o melhor para seus filhos.

Nesse sentido o modelo moderno de infância de acordo com Stearns, abrange a: “escola, menos mortes, menos crianças no conjunto da população e em cada família, com muitas outras implicações e consequências”. (2006, p. 94). Logo essas alterações na infância proporcionavam mudanças graduais em comportamentos e evoluções culturais no caminho para o desenvolvimento histórico da infância constituída de direitos.

Foi somente no século XVIII com o surgimento do sentimento de infância, que a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios (NIEHUES; COSTA, 2012, p. 285).

A partir do surgimento de uma nova forma de conceber e tratar essa criança no meio social, ela começa a ocupar um maior espaço dentro da sociedade e lugar de prestígio e admiração, nesse sentido as demandas passaram a surgir para as suas necessidades. Assim, de acordo com Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004, p. 22), “o

capitalismo, o desenvolvimento do conhecimento científico e a constituição das instituições educacionais são fatores que estão associados à chamada infância moderna”. A compreensão da infância na modernidade, de acordo com Fernandes e Kuhlmann Júnior, passa a ser vista como:

um guarda-chuva a abrigar um conjunto de distribuições sociais, relacionadas às diferentes condições: as classes sociais, os grupos etários, os grupos culturais, a raça, o gênero; bem como as diferentes situações: a deficiência, o abandono, a vida no lar, na escola (a criança e o aluno) e na rua (como espaço de sobrevivência e/ou de convivência/brincadeira). É nessa distribuição que as concepções de infância se amoldam às condições específicas que resultam na inclusão e na exclusão de sentimentos, valores e direitos. (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 30).

A ternura que hoje existe na relação dos pais com os filhos nem sempre foi presente, ela passou a ser natural e vista segundo Stearns no “amor a inocência teve também outra consequência natural. As responsabilidades paternas e particularmente maternas aumentaram no sentido de proteger as crianças da perda de valores assim como de doenças”. (2006, p. 99). Sendo assim, os pais passaram a cultivar um ambiente apropriado para as crianças que passou a ser compreendido como um alicerce para o desenvolvimento de um futuro.

O período moderno trouxe uma quebra de um paradigma existente, segundo Stearns “a revolução científica e o iluminismo alentaram a crescente crença entre filósofos ocidentais de que as crianças não eram corrompidas ao nascer, como o cristianismo e particularmente as doutrinas protestantes do pecado original insistiam em afirmar” ( 2006, p. 94). Por isso a ciência nesse período estava sendo utilizada, para demonstrar como os antigos conceitos eram equivocados e deveriam ser superados. Assim as crianças conseguiriam fazer uso da sua inteligência, levando a partir disso um amplo movimento de que a infância fosse voltada para a educação e contra os protestantes que insistiam em não permitir o contato com o conhecimento crítico, somente acesso com aquilo que permitissem ter um maior aprendizado com a Bíblia que era fonte de salvação.

A concepção de infância que se tem hoje foi uma invenção da modernidade, sendo constituída historicamente pelas condições socioculturais determinadas. “A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28). Partindo desse princípio, pode-se considerar que a infância muda com o tempo e com

os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Segundo Kramer podemos entender que:

Recentemente, outras questões inquietam os que atuam na área: alguns pensadores denunciam o desaparecimento da infância. Perguntam “de que infância nós falamos?”, uma vez que a violência contra as crianças e entre elas se tornou constante. Imagens de pobreza de crianças e trabalho infantil retratam uma situação em que o reino encantado da infância teria chegado ao fim. Na era pós-industrial não haveria mais lugar para a ideia de infância, uma das invenções mais humanitárias da modernidade; com a mídia e a Internet, o acesso das crianças à informação adulta teria terminado por expulsá-las do jardim de infância (Postman, 1999). Mas é a ideia de infância que entra em crise ou a crise é a do homem contemporâneo e suas ideias? (KRAMER, 2007, p. 15).

Por fim toda a construção histórica da infância levou a pensar o desenvolvimento do conceito de infância como resultado dos sintomas sociais do mundo moderno e ao entendimento da mudança do paradigma existente em relação ao conceito da criança. Podendo-se perceber a construção do reconhecimento e liberdade que o processo de valorização da infância alcança na passagem à modernidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou entender a concepção de criança e infância construídas na constituição histórica de cada período. Além de perceber como as vestes, a igreja e as famílias contribuíram diretamente e indiretamente. Nesse contexto, o estudo de Ariès reforçou com sua obra, um olhar mais aguçado sobre esses temas e o estudo de Rousseau sobre o que se deveria saber para formar de modo virtuoso a criança.

Os estudos de Ariès e dos demais teóricos destacam que o aparecimento da noção de infância na sociedade moderna foi uma construção social. A partir desses estudos foi possível perceber que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente. Assim, a visão sobre a infância que predomina atualmente em diversas esferas sociais, é uma construção que teve início na modernidade.

É possível nesse contexto observar os acontecimentos que possibilitaram a elaboração da infância moderna nessas sociedades, entre eles destacam-se: o aumento dos compromissos com a escolarização, a diminuição das taxas de mortalidade e do trabalho infantil, bem como as inovações no tratamento dispensado às crianças.

O sentimento de infância é um fenômeno que pode ser observado a partir do estudo da história da infância, foram vários os expoentes e estudiosos que marcaram a compreensão do desenvolvimento infantil, do sentimento de infância, e do lugar da criança, como é o caso de Jean-Jacques Rousseau, Colin Heywood e Philippe Ariès.

Por meio deste estudo se compreende que havia lugar para a criança na sociedade apenas no meio dos adultos e que somente com o passar do tempo, foi assegurado a elas condições melhores de vida e um lugar para ela no período de infância. É importante na formação de professores, especialmente os das séries iniciais, passar pelos estudos e pesquisa que levam a conhecer o processo histórico de transformação em que a família deixa de ser somente uma instituição de direitos e passa a ter uma função moral, que se preocupa com a criança em sua integralidade e com seu espírito.

Nesse sentido a pesquisa realizada, surgiu das grandes lacunas que existem ainda nos dias atuais dessa compreensão acerca da importância da infância, suas

características, especificidades e necessidades. A garantia de seus direitos é defendida por leis, entretanto, falta conscientização à medida que em alguns casos as pessoas ainda desenvolvem comportamentos que não convêm à infância.

Pensamos que se faz necessário deixar a criança ser protagonista e livre para se constituir e formar-se. Nesse sentido se torna cada vez mais necessária a educação elevada que não abdica da compreensão da criança em sua constituição e necessidades próprias, a educação que ao reconhecer a infância como objeto de estudo e inquietudes, aprimora a reflexão dos educadores sobre a formação da criança.

## REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

FRABBONI, Franco. **A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática**. In: ZABALZA, M. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998. cap. 4, p. 63-92.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da Educação**: tradução, Roberto Leal Ferreira – 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da Infância. In: FILHO, L. M. F. (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil**: percurso, dilemas e perspectivas. Ilhéus: Editus, 2003.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, J. et a. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 13-23.

MARCÌLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. Editora Hucitec. São Paulo, 1998. Cap. 1 a 2.

NIEHUES, M. R.; COSTA, M. **Concepções de Infância ao longo da História**. Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. Visibilidade Social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

GUIMARÃES, Célia Maria. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, set./dez. 2017.

FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos (Org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 33- 49.

NIEHUES, M. R.; COSTA, M. Concepções de Infância ao longo da História. **Rev. Técnico Científica (IFSC)**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/download/420/342>>. Acesso em: 03 de março de 2021.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto - coleção história mundial, 2006.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. **A história da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes**. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v3n2/artigo%204%20hist%F3ria%20da%20inf%20ncia.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A Singularidade do Projeto Educacional de Rousseau**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.